

A Caminho de um Fundo Global para o Clima

Princípios para Poznan e para o futuro

Em um mundo duramente castigado pela pobreza, a crise climática torna-se terrivelmente urgente. Nós, os grupos e organizações signatários, entendemos que para combater estas crises a comunidade global terá que se mobilizar rapidamente, em escala no mínimo comparável com a das respostas à atual crise financeira. Em face ao derretimento das economias, mais de quatro trilhões de dólares foram mobilizados em meros dois meses. Para enfrentar a crise climática de maneira efetiva, um nível similar de ambição será necessário.

Atualmente, apesar dos esforços internacionais para combater a aumento da pobreza e da crise alimentar, os países em desenvolvimento ainda são forçados a fazer uso de muitos recursos para pagar por débitos ilegítimos. Nações ricas continuam a prover centenas de bilhões de dólares em subsídios para as ricas empresas produtoras de combustíveis fósseis. De modo a assinalar as novas prioridades, essas práticas devem cessar imediatamente. Débitos devem ser cancelados. Subsídios públicos para energias sujas devem acabar¹.

Ao levar em conta as contribuições históricas e atuais para o aquecimento global, notamos que as nações deverão cortar drasticamente suas emissões de gases do efeito estufa. Países desenvolvidos devem cumprir suas obrigações, liderar a redução de emissões e prover suporte tecnológico e financeiro para os países em desenvolvimento com o objetivo complementar de permitir que nações, comunidades e pessoas possam lidar efetivamente com os recentes e inevitáveis impactos climáticos e fazer uma rápida transição para energias mais limpas. Como decidido na UNFCCC, a escala pela qual as obrigações dos países em desenvolvimento serão cumpridas, dependerá da efetiva implementação, pelos países desenvolvidos, dos acordos necessários, principalmente no que se refere à tecnologia e financiamentos.

Neste contexto, propomos o crescimento da arquitetura financeira, incluindo um novo Fundo Global para o Clima², que ficará sob o controle da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, e que siga os seguintes princípios.

Distribuição de fundos substanciais, automáticos e obrigatórios. Para financiar programas que tratem dos impactos das mudanças climáticas (adaptação) e da transferência para um modelo de desenvolvimento baseado em energias limpas e pequenas emissões de carbono (mitigação) em países em desenvolvimento, centenas de bilhões de dólares deverão ser fornecidos anualmente³. O Fundo Global para o Clima deverá ser grande o suficiente para suportar oportunidades distintas para mitigação,

¹ Exceto subsídios criados para melhorar o acesso local à energia e transporte pelos mais pobres, com o menor conteúdo de carbono possível para as opções subsidiadas.

² Esta chamada para um novo Fundo Global para o Clima reconhece e se baseia nas recentes propostas do grande grupo dos países em desenvolvimento (G77 + China) para um novo regime financeiro para o clima, e suporta a idéia de que nenhum fundo fora do processo da UNFCCC, particularmente aqueles ligados ao Banco Mundial, sejam levados em conta por compromissos conjuntos ou para suporte financeiro dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esta proposta suporta as propostas do G77+China e vai além ao elaborar princípios justos e verdadeiros, que devem estar no centro de qualquer fundo para o clima.

³ Sobre mitigação, o relatório Stern estima que a estabilização da concentração em 500ppm/CO₂e – um nível ambicioso, porém extremamente arriscado – custaria apenas 2% do PIB mundial (atualmente US\$ 1.2 trilhões). (Nicholas Stern, *Toward a Global Deal on Climate Change*, UNESCOSOC, 30 de junho de 2008). Os custos atuais de mitigação podem ser mais elevados, já que o nível de estabilização da concentração provavelmente será mais restritivo que as 500ppm CO₂-e de Stern (um nível de 400 ppm CO₂-e, ou 350ppm de CO₂ seriam mais seguros). Além disso, em adaptação, as projeções de custos são radicalmente incertas, mas possivelmente atingirão centenas de bilhões de dólares por ano (UNFCCC, *Investment and Financial Flows to Address Climate Change*, fornece um limite superior de US\$ 171 bilhões, mas está é uma estimativa preliminar). Dito isso, os custos totais do esforço global necessário sera possivelmente medido na casa dos trilhões, e uma fração significativa disso deveria ser distribuída pelo Fundo Global para o Clima. O cumprimento efetivo disto requer contratações apropriadas para os secretariados da UNFCCC e suas entidades operadoras.

adaptação e redução de emissões por desmatamento e degradação. O financiamento principal deste Fundo Global deve ser obrigatório e automático, ao invés de voluntário. Serão necessárias diversas fontes para gerar o volume de fundos requerido e elas deverão ser estabelecidas sobre o princípio da ONU de “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, baseadas nas contribuições históricas e atuais para o aquecimento global e na sua capacidade de pagamento⁴.

Governança representativa: A governança do Fundo Global para o Clima deve ser democrática, contabilizável e transparente para todos, especialmente para as comunidades pobres e vulneráveis mais afetadas pelo aquecimento global. Países em desenvolvimento devem ter uma representação forte e igualdade de direitos nos corpos técnicos e tomadas de decisão. Grupos da sociedade civil, movimentos sociais e povos indígenas de países desenvolvidos e em desenvolvimento devem ser formalmente representados em todas as estruturas de governança.

Planejamento Participativo: O Fundo Global para o Clima deve ajudar com suporte técnico e financeiro os países a implantarem planos climáticos nacionais desenhados através de processos democráticos e soberanos que permitam a participação de todos os impactados pelo clima. Planos devem incluir ações e políticas que permitam que pessoas e comunidades lidem com os impactos do aquecimento global e garantam a migração para economias de baixo carbono (focando os setores agrícola, de energia e de transportes, além de outros).

Capacitação: Financiamentos devem ser disponibilizados, de acordo com as obrigações dos países desenvolvidos, para que os países em desenvolvimento possam desenvolver, aplicar, transferir e dispersar tecnologias, práticas e processos justos e sustentáveis. Adicionalmente, devem ser direcionados recursos para a capacitação, ampliação do conhecimento e para o desenvolvimento tecnologias e estratégias apropriadas para que as populações possam lidar com o aquecimento global.

Acesso pelos mais vulneráveis: Os recursos financeiros climáticos devem ir para agências governamentais, mas nós insistimos que organizações populares, movimentos sociais, ONGs e grupos comunitários também tenham acesso aos fundos⁵. Em particular, recursos para atividades ligadas às mudanças climáticas em terras indígenas, como proteção de florestas e reflorestamento, devem ir diretamente para os representantes das organizações indígenas, para fortalecer seus programas de manejo territorial sustentável. Mulheres devem ter os mesmos poderes nas tomadas de decisão relativas à como os fundos devem ser acessados, utilizados e avaliados. O processo de acesso aos recursos do Fundo Global para o Clima devem ser limpos, transparentes, e simples, para encorajar as comunidades mais vulneráveis à tirarem vantagem do suporte disponível.

Fortalecer direitos: As atividades e políticas do Fundo Global para o Clima devem se basear nos principais acordos globais, como a “Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU” e a “Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas”. Elas devem suportar o direito ao desenvolvimento sustentável – com cobertura total dos custos para energias alternativas

⁴ Possíveis fontes de financiamentos para o Fundo Global para o Clima requerem explorações adicionais, criatividade e debates, mas podem incluir: Taxas sobre combustíveis armazenados, aviação, exportações de combustíveis fósseis e outras fontes emissoras de gases do efeito estufa; cobranças sobre o PIB e contribuições históricas, débitos de carbono sobre investimentos e sua contribuição para a emissão de gases do efeito estufa; leilões de permissões internacionais de emissão de gases do efeito estufa; taxas sobre trocas de moedas; e títulos do governo.

⁵ O Fundo Global para o Combate da AIDS, Tuberculose e Malária (GFATM) serve como modelo para o Fundo Global do Clima no que permite que organizações da sociedade civil apliquem por recursos diretamente para o Fundo. Entretanto, é importante notar que outros impedimentos, como a deficiente comunicação com a sociedade civil e a falta de experiência no nível de governo em trabalhar com a sociedade civil, já impediram o acesso da sociedade civil ao GFATM.

verdadeiramente sustentáveis⁶ – de maneira a garantir que as pessoas mais pobres e vulneráveis fiquem protegidas dos fardos associados à migração para uma economia baseada em energias limpas. O fundo deverá fortalecer o direito das pessoas ao alimento, à soberania energética e à justiça entre os gêneros.

Atacar o problema pela raiz: A crise climática é incentivada pelo sobre-consumo desigual, descontrolado e selvagem dos limitados recursos da Terra e pela corrida por lucros, com enormes custos para as pessoas e o meio-ambiente. Uma pequena porcentagem dos recursos do fundo devem ser dedicados para atividades como a troca de informações Sul-Sul sobre melhores práticas e técnicas, a educação da população dos países industrializados sobre estilos de vida sustentáveis e a necessidade de limitar o crescimento indiferenciado no caminho para reduzir a desigualdade global.

Nós, os signatários, acreditamos firmemente que o estabelecimento de um Fundo Global para o Clima com grande aderência e a incorporação destes princípios é vital para o sucesso de qualquer regime climático.

Assinam:

ActionAid

Africa Jubilee South

Africa Network for Environment and Economic Justice

Daughters of Mumbi Global Resource Center (Kenya)

EcoEquity (US)

Essential Action (US)

Freedom from Debt Coalition (Philippines)

Institute for Policy Studies' Sustainable Energy and Economy Network (US)

Institute for Public Policy Research (UK)

International Forum on Globalization (US)

Jubilee South-Asia/Pacific Movement on Debt and Development

Oil Change International (US)

Programa Chile Sustentable (Chile)

Vitae Civilis Institute for Development, Environment and Peace (Brazil)

Este documento foi originalmente elaborado por um grupo de trabalho no International Forum on Globalization's Climate Change Session on Copenhagen's Economic Architecture em Washington, D.C, entre os dias 15 e 16 de novembro de 2008, como preparação para as negociações da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

⁶ O Financiamento de energias alternativas deve excluir fontes que degradem o meio ambiente, ameacem a saúde humana e cause deslocamentos populacionais em massa, como a energia nuclear, biocombustíveis e grandes projetos hidroelétricos.